

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 0175-17

Itaquí(RS), 19 de abril de 2017.

Exmº Sr. Vereador  
**IGOR BICCA ARDAIS**  
Presidente da Câmara de Vereadores  
Palácio Rincão da Cruz  
Rua Dr. João Sisanando Dubal Goulart, nº 942  
Bairro: Centro  
CEP: 97650-000  
Itaquí – RS

**Assunto:** Encaminhamento de Projeto de Lei.

Excelentíssimo Presidente.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, vimos encaminhar, para apreciação e decisão por essa Casa Legislativa, o **Projeto de Lei nº 021-17, de 19-04-2017**, acompanhado de sua respectiva justificativa, que tem por objetivo buscar autorização para Contratação Temporária de Engenheiro Ambiental e Sanitarista.

Colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente.

  
**Jarbas da Silva Martini**  
Prefeito

Câmara de Vereadores de Itaquí  
Secretaria



Recebi em: 19 / 04 / 17

Horário: 12.43

Ass.: 

PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 021, DE 19 DE ABRIL DE 2017**

Autoriza o Poder Executivo a proceder a contratação temporária, de excepcional interesse público, de Engenheiro Ambiental e Sanitarista.

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a função a seguir descrita:

Função	Quantidade	Vencimento Mensal	Carga Horária
Engenheiro Ambiental e Sanitarista	01	<b>RS 2.760,66</b>	40 h semanais

**Parágrafo Único.** As atribuições do contratado no exercício da função acima mencionada são as constantes no anexo I, desta Lei.

**Art. 2º** O contrato vigorará pelo prazo determinado de 06(seis) meses, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo Municipal, a qualquer tempo, poderá rescindir o contrato emergencial, observada a necessidade e o interesse público.

**Art. 3º** O contrato temporário de excepcional interesse público tem natureza administrativa e assegura ao contratado os direitos estabelecidos no art. 244, da Lei Municipal nº 1.751-1990.

**Parágrafo Único.** Ao contratado na forma desta lei fica assegurado também:

I – O direito de percepção do adicional por atividade insalubre, desde que cumpridas as exigências previstas nas Leis Municipais nº 1.751-1990 e nº 2.243-1996 e no Laudo Técnico Pericial do Município;

II – O direito de percepção do vale-transporte, desde que cumpridas as exigências previstas na Lei Municipal nº 2.111-94 e no Decreto nº 2.966-95.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, em 19 de abril de 2017.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito

**PREFEITURA DE ITAQUI-RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 021-17, DE 19 DE ABRIL DE 2017.**

**ANEXO I**

**CATEGORIA FUNCIONAL: ENGENHEIRO AMBIENTAL E SANITARISTA**

**ATRIBUIÇÕES:**

Descrição Sintética: Executar atividades específicas na área de Engenharia Ambiental e Sanitária, com responsabilidade técnica sobre licenciamentos concedidos dentro de sua área de atuação.

**DESCRIÇÃO ANALÍTICA:**

Compete ao Engenheiro Ambiental e Sanitarista o desempenho das atividades determinadas pelas resoluções do CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CONFEA, relativas a sua área de atuação, bem como à administração, gestão e ordenamento ambientais e ao monitoramento e mitigação de impactos ambientais, referente a:

- Sistemas de abastecimento de água, incluindo captação, adução, reservação, distribuição e tratamento de água;
- Sistemas de distribuição de excretas e de águas residuárias (esgoto) em soluções individuais ou sistemas de esgotos, incluindo tratamento;
- Coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos (lixo);
- Controle sanitário do ambiente, incluindo o controle de poluição ambiental;
- controle de vetores biológicos transmissores de doenças (artrópodes e roedores de importância para a saúde pública);
- Instalações prediais hidrossanitárias;
- Saneamento de edificações e locais públicos, tais como piscinas, parques e áreas de lazer, recreação e esporte em geral;
- Saneamento dos alimentos;
- Realizar outras atividades correlatas com a função.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

Carga Horária: 40 h Semanais.

**REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

- a) Instrução: Curso Superior em Engenharia Ambiental e Sanitarista.
- b) Idade mínima: 18 anos;
- c) Outras: conforme instruções reguladoras do processo seletivo.



**PREFEITURA DE ITAQUI-RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 021-17, DE 19 DE ABRIL DE 2017.**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando o presente Projeto de Lei, que tem como objetivo a indispensável autorização legislativa, para a contratação temporária de 01(um) Engenheiro Ambiental e Sanitarista, para atender o excepcional interesse público, a fim de compor a equipe técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Justifica-se o pedido de contratação temporária do Engenheiro Ambiental e Sanitarista, pela imperiosa necessidade de serviço junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, face à vital importância para o correto funcionamento da referida Secretaria, pois conforme disposto na Resolução n.º 288/2014 do CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CONSEMA, é de competência dos Municípios licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes de causar degradação ambiental.

A contratação temporária do Engenheiro Ambiental e Sanitarista é necessária, também, pelo fato de estar sob a responsabilidade do Município o licenciamento para Operação da Estação de Tratamento de Água da CORSAN, conforme a referida Resolução do CONSEMA.

O art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, prevê a possibilidade de contratação, pela Administração, por tempo determinado para atender excepcional interesse público, fato que, se devidamente autorizado, reverterá em benefícios para todos os munícipes.

Ademais, cabe salientar que a contratação temporária se faz necessária porque não há concurso público com validade para a função que se pretende contratar e o Poder Executivo, dentro do prazo de vigência do contrato temporário, terá tempo hábil para providenciar na criação do cargo de Engenheiro Ambiental e Sanitarista e para realização de concurso público para provimento do cargo.

Estas as razões que justificam o presente projeto de lei.

**Gabinete do Prefeito, em 19 de abril de 2017.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito